

Educação Superior e apropriação do conhecimento no capitalismo

Higher Education and the appropriation of knowledge in capitalism

Enseñanza Superior y la apropiación del conocimiento en el capitalismo

Wagner Pires da Silva¹
Neiva Afonso Oliveira²

DOI: <https://doi.org/10.69872/revistafoz.v9i1.417>

Resumo: O artigo analisa que a forma de dominação econômica e social capitalista atinge, de maneira mais localizada, as Universidades e, de maneira mais ampliada, o próprio modo de ser do conhecimento. Conclui que libertar a ciência e a tecnologia dos ditames do capital é fundamental e essa é uma tarefa que exige refletir sobre o papel da universidade em nossa sociedade.

Palavras-chave: Universidade; Sociedade do Conhecimento; Capitalismo; Imaterial; Nova Economia.

Abstract: The article analyzes how capitalist economic and social domination affects universities in a more localized way and, more broadly, the very nature of knowledge itself. It concludes that freeing science and technology from the dictates of capital is fundamental, and that this is a task that requires reflection on the role of universities in our society.

Keywords: University; Knowledge Society; Capitalism; Immaterial; New Economy.

Resumen: El artículo analiza que la forma de dominación económica y social capitalista afecta, de manera más localizada, a las universidades y, de manera más amplia, al propio modo de ser del conocimiento. Concluye que liberar la ciencia y la tecnología de los dictados del capital es fundamental y que esta es una tarea que exige reflexionar sobre el papel de la universidad en nuestra sociedad.

Palabras llave: Universidad; Sociedad del Conocimiento; Capitalismo; Inmaterial; Nueva Economía.

1 Introdução

Marx e Engels (2010) afirmam que a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e as relações de produção e isso significa afirmar que a burguesia se rearticula a cada crise dos sistemas econômico e político. Nesse sentido, ao observarmos a evolução capitalista no presente século, percebe-se um avanço do capital na direção da exploração do conhecimento, apropriando-se do mesmo por meio de uma nova categoria de produção: o capital imaterial.

O processo de apropriação do conhecimento do trabalhador não é algo novo no capitalismo, pois já em seu surgimento o modo de produção capitalista arrancou os meios de produção, seja a terra, seja os equipamentos, dos trabalhadores, também se apropriando dos conhecimentos necessários ao manejo dos mesmos. A divisão capitalista do trabalho e a posterior industrialização, também se fizeram às custas do conhecimento dos trabalhadores, sendo que, neste

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal do Cariri. E-mail: wagner.pires@ufca.edu.br.

² Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: neivaafonsooliveira@gmail.com.

momento histórico, além de embrutecer as massas trabalhadoras, o capital trata de criar formas de controlar, precificar e extrair mais valia do trabalho intelectual em si.

O presente artigo busca apresentar os aspectos dessa transformação, desse deslocamento do capital (Dowbor, 2020), bem como compreender a relação entre a exploração do capital intelectual e as universidades, instituições reconhecidas na formação de intelectuais e na produção de conhecimentos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, a fim de possibilitar a compreensão da forma como o conhecimento tem sido produzido e apropriado, dado que a flexibilidade desse tipo de pesquisa permite uma maior versatilidade na utilização de métodos, cuja amplitude permitiu, não apenas, levantar o diagnóstico das situações analisadas como, também, explorar alternativas, permitindo a descoberta de novas ideias (Oliveira, 2011). Para Gil (2021) a pesquisa exploratória tem como finalidade principal o desenvolvimento, bem como a modificação de ideias e conceitos, ao possibilitar que os problemas sejam formulados de forma mais precisa, bem como a elaboração das hipóteses a serem pesquisadas em estudos posteriores.

Estabelecido o caráter exploratório da pesquisa, pôde-se avançar para uma pesquisa teórico-filosófica de cunho bibliográfico, cuja ‘finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto’ (Marconi; Lakatos, 2021, p.33). A vantagem de utilizar a pesquisa bibliográfica foi “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2021, p.28). Com isto, a reflexão filosófica aprofundada entendendo que a “metodologia filosófica não se configura como uma série de regras e/ou instrumentos, senão enquanto constante pensar, questionar e agir, num processo de permanente busca, na direção de uma outra forma do ser” (Pereira; Oliveira, 2009, p. 95). Ao realizar esse percurso metodológico o artigo poderá compreender a complexidade do tema analisado.

2 Apropriação do conhecimento

Podemos dizer que, em suas origens, o conhecimento surge da necessidade humana de transformar a natureza, por exemplo criar um instrumento a partir de um objeto natural, afinal é preciso “conhecer as características naturais do objeto, ao menos aquelas diretamente relacionadas às funções que terá o instrumento” (Duarte, 2008, p.26). Conhecer os objetos naturais e transformá-los gera desenvolvimento social que, por sua vez, leva “a produção de uma realidade humana cada vez mais enriquecida por novas forças, novas capacidades e novas necessidades humanas” (Duarte,

2008, p.28), logo a continuidade desse processo resulta na autonomia entre o conhecimento e a utilidade prática dos objetos.

A autonomia do homem permitiu que o conhecimento se desvinculasse de qualquer suporte físico, “fluido, navega quase na velocidade luz e pode ser indefinidamente apropriado, sem custos adicionais” (Dowbor, 2020, p.29), o que o torna um bem imaterial, além disso, o conhecimento possui características de bem não rival, pois ao repassá-lo a outras pessoas, seu detentor não apenas não é privado dele, como também não é “reduzido pelo uso, pelo contrário, pode ser multiplicado indefinidamente” (Dowbor, 2020, p.30). São essas características que fazem com que o conhecimento possa resistir à lógica da mercantilização (Dalbosco, 2023).

Foi o conhecimento que permitiu o desenvolvimento da tecnologia, que, em toda a sua extensão, “inclui a técnica, os dispositivos, as operações, os operadores e o conhecimento ligado à ação (prático)” (Domingues, 2016, p.17). Não é necessária uma observação atenta para perceber que, “a tecnologia é hoje o principal fator de produção” (Dowbor, 2020, p.29), em um mundo onde a mercadoria não passa de um “vetor ou a embalagem de seu conteúdo imaterial, cognitivo, artístico ou simbólico” (Gorz, 2005, p.36). E embora ela seja resultado de um processo humano que resiste à mercantilização, o conhecimento, nota-se que o progresso científico, advindo da tecnologia, acabou por ser identificado com o modo de produção capitalista, uma vez que este foi visto como “a única incorporação adequada do ‘espírito científico’ como tal e dos benefícios ‘evidentes’ que ele proporciona às pessoas da ‘sociedade industrial moderna’” (Mészáros, 2004, p.53). Para a maior parte dos consumidores, a tecnologia seria apenas o resultado da genialidade de um indivíduo, que, na maioria das vezes, é o dono das marcas, o que apaga a participação dos trabalhadores, as verdadeiras figuras por trás do progresso científico. Essa tendência tende a se acentuar com o desenvolvimento cada vez maior das Tecnologias da Informação e Comunicação, que, somadas às redes sociais da internet, focam no superficial. Os proprietários das marcas utilizam a exposição nas redes para vincularem ainda mais a sua imagem às descobertas realizadas pelas equipes de trabalho de suas organizações.

Esse novo patamar do conhecimento na produção gera problemas ao capital, uma vez que ele “é um produto que, em grande parte, resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de uma ‘produção de si’ ou de uma ‘produção de subjetividade’” (Gorz, 2005, p.36). Com essas características, ele não tem valor de troca, podendo ser partilhado gratuitamente. E mais,

[...] a parte do knowledge que não é originalmente geral e comum, ou seja, o conhecimento formalizado, separável de seus produtores e que não existe senão para ter sido

deliberadamente produzido, essa parte do knowledge também é virtualmente gratuita, pois que pode ser reproduzida em quantidades ilimitadas a um custo desprezível, e partilhada sem ter de passar pela forma valor (dinheiro). Ademais, ela é geralmente acessível, ao menos em princípio, graças à Internet, o que significa que a principal força produtiva, e principal fonte de valor, é pela primeira vez suscetível de ser subtraída à apropriação privada (Gorz, 2005, p. 37)

É preciso atentar para o termo usado por Gorz (2005): suscetível de ser subtraída. O capital tem sido cada vez mais “inovado” na busca de extração de mais valor no campo do conhecimento. E isso está na base das transformações sociais e econômicas que atravessam a humanidade no momento.

É nesse quadro, em que a teoria aparece articulada com a práxis gerando uma civilização e um modo de vida, que a estratégia de tomar a técnica/tecnologia como categoria da ação mostra toda a sua pertinência para pensar o liame da técnica não só com o trabalho, mas com o próprio *ánthropos*: a técnica como meio de ação, instrumento de apoio (equipamento), descarga ou desoneração da ação (transferindo para as máquinas os atos e os movimentos que requerem esforço penoso ou indigno) e o empowerment ou potencialização da ação, permitindo a mudança de escala e a turbinagem de processos (Domingues, 2016, p.19)

A ascensão da tecnologia, enquanto principal fator de produção, modifica uma série de premissas sociais, a começar pelos processos de produção, avançando pelas relações de trabalho e modificando o próprio homem. É preciso reconhecer que

[...] a articulação histórica da ciência e da tecnologia, o modo como elas moldam nossas vidas, hoje em dia, é totalmente ininteligível sem o reconhecimento de sua profunda inserção nas determinações socioeconômicas do capital, tanto na escala temporal quanto em relação às estruturas contemporâneas dominantes (MÉSZÁROS, 2005, p.269).

Ou seja, o avanço da tecnologia acaba por reforçar a dominação de classe e o dinamismo do modo de produção, além de servir como justificativa para a ampliação da exploração sobre as diversas categorias de trabalhadores. Entendendo, ainda que, na sociedade atual, cada objeto, para além das características físicas, possui características imateriais que lhe foram acrescentadas, graças a utilização do conhecimento humano, tem-se uma nova determinação: as práticas econômicas contemporâneas não podem fundar-se apenas na materialidade das coisas.

Pois produção, consumo e troca de conhecimento são centrais para qualquer sistema econômico, tal como a produção e o próprio consumo de cultura. Além disso, as economias contemporâneas se fundamentam na produção e troca de valor financeiro, um produto e fator de produção imaterial, mas também básico. Consequentemente, o objeto das práticas econômicas é a geração e apropriação de valor, qualquer que seja o suporte material do valor em cada prática específica (Banet-Weiser; Castells, 2019, p. 13).

Para Marx (2016), existem o valor de uso, que é a utilidade do objeto em satisfazer as necessidades humanas e o valor de troca que é a medida quantitativa pela qual se trocam os valores de uso, fazendo com que, no sistema capitalista,

[...] a mercadoria é constituída pelo valor de troca e pelo valor de uso. O valor de uso carrega em si mesmo a materialidade sem a qual não existe a mercadoria e, portanto, não existe o valor de troca em sua idealidade³. Em uma abordagem dialética, o ideal e o material não mantêm entre si uma relação de rígida oposição e sim de interação dinâmica (Duarte, 2008, p.87).

Enquanto o corpo físico da mercadoria contém uma objetividade física, “a objetividade social não é acessível aos órgãos do sentido” (Duarte, 2008, p.91), pois ela existe enquanto relação social, no caso o trabalho humano. Assim a tecnologia, o imaterial, enfim, o conhecimento é apropriado por meio do trabalho, porque “o que assume a forma ideativa não é consciência ou vontade dos indivíduos, mas sim sua atividade” (Duarte, 2008, p.93). O imaterial, por meio da tecnologia, passa ser a principal modo de objetivar a natureza e o homem.

Ora, para Marx (2016), a objetividade do valor de troca é uma objetividade social, sendo, ambas expandidas pela ciência, uma vez que “ao longo de seu desenvolvimento, a ciência moderna foi obrigada a servir com todos os meios a sua disposição à expansão do valor de troca, dentro de um quadro de um sistema de produção orientado para o mercado” (Mészáros, 2005, p.269). A ciência deveria empurrar as contradições do capital para mais adiante, evitando o eminente colapso.

A apropriação da tecnologia pelo capital acaba por ampliar a exploração dos seres humanos, que de sujeitos da técnica, tornam-se objeto e com “o sistema tecnológico convertendo-se em sujeito, num processo avassalador que termina por capturar a humanidade, em vez de alforriá-la, submete-a à maior das servidões” (Domingues, 2016, p.34).

Apesar do potencial que o conhecimento possui de escapar das determinações do capital, ainda assim, suas aplicações têm sido cada vez mais utilizadas para aumentar a exploração do trabalho. Dessa forma, copiam-se na produção do conhecimento, as mesmas técnicas aplicadas com sucesso na produção material e, assim, ela “foi submetida à mesma divisão hierárquica do trabalho, à mesma distribuição das tarefas, à mesma separação do trabalho intelectual e do trabalho existente nas indústrias manufatureiras” (Gorz, 2005, p.35). Mas, afirma Gorz (2005), o produto do conhecimento, ainda que produzido segundo as regras da produção material, não é mercadoria, esta seria o “suporte” físico desse conhecimento.

Mesmo assim, o fluxo de investimentos produtivos se inverteu, fazendo com que “hoje, o principal fluxo de investimentos não resulta em nenhuma máquina nem em chaminés, e sim em

³ Duarte (2008) utiliza ideal em oposição a material e idealidade como sinônimo de imaterial, conforme explica que utiliza os termos no sentido de “algo relativo às ideias, diferenciando-se do que é material, isto é, relativo à matéria” (DUARTE, 2008, p.86).

capacidade de controle de conhecimento organizado” (Dowbor, 2020, p.34). Ampliar o controle sobre o conhecimento o impede de tornar-se um bem coletivo, comum, por isso o investimento capitalista busca controlar o acesso ao conhecimento (Gorz, 2005).

A abundante literatura sobre Nova Economia, Sociedade do Conhecimento, Sociedade pós-industrial, entre outras denominações, relata a revolução na economia e na vida das pessoas ao criar uma nova cultura e mesmo uma nova sociedade (Domingues, 2016). Contudo, a pretensa nova sociedade não pode deixar de ser apenas um engodo, afinal,

Não pode haver um “um tipo totalmente novo de sociedade” criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos porque, na verdade, a ciência e a tecnologia estão profundamente inseridas nas estruturas e determinações sociais de sua época (Mészáros, 2005, p.265).

Podemos dizer que a “sociedade do conhecimento” oferece mais do mesmo sob uma nova roupagem, uma vez que esse novo modo de vida coloca, justamente, um processo em relevo: a transformação do conhecimento em capital imaterial, o qual, por sua vez, demonstra que o valor se concentra cada vez mais no resultado do trabalho intelectual. Isso porque “a dimensão imaterial dos produtos leva vantagem sobre a realidade material deles; seu valor simbólico, estético ou social, prevalece sobre seu valor de uso prático e, está claro, também sobre seu valor de troca. A maior parte dos benefícios é realizada graças à dimensão imaterial das mercadorias” (Gorz, 2005, p.38). Parte-se para uma nova divisão do trabalho, já que, a anterior, foi aquela cujo principal modelo foi o fordismo, que,

[...] separava as funções de execução e as funções de concepção – as primeiras entregues aos operários, que desenvolviam uma função mecânica, repetitiva, sem a necessidade de pensar, ao passo que as segundas eram entregues aos gerentes e aos engenheiros, que refletiam sobre o produto final, planejavam as ações e fixavam as metas para o conjunto dos trabalhadores (Domingues, 2016, p.65).

Na nova Divisão do Trabalho, as fronteiras dentro das fábricas tornam-se mais tênues, e a grande divisão não é entre os trabalhadores, mas “entre empresas e capitais. O capital material é abandonado aos ‘parceiros’ contratados pela firma-mãe, que, por sua vez, assume para eles o papel de suserano” (Gorz, 2005, p.39). São as empresas parceiras que devem ampliar a exploração de mão-de-obra para cumprir os contratos, repassando produtos a valores baixos, que a empresa, que é dona da marca, vende com lucros elevados, pois, apesar da venda de produtos com a sua marca, simplesmente, ou não possuem plantas industriais ou possuem o mínimo possível.

Quaisquer problemas ocorridos nesse mundo novo não são reconhecidos como inerentes ao sistema capitalista, mas deficiências na própria tecnologia que serão, aos poucos solucionadas,

excluindo uma qualquer mudança social radical, já que “somente aperfeiçoamentos tecnológicos podem ser oferecidos como solução” (Mészáros, 2005, p.265). Dessa forma os problemas oriundos da lógica capitalista estão sempre à espera do novo avanço tecnológico que os solucionará.

Esse mundo novo precisa, por sua vez de um “homem novo”, aquele “indivíduo constantemente adquirindo novas capacitações alterando a sua ‘base de conhecimento’. Na realidade, este ideal é impulsionado pela necessidade de manter-se à frente da máquina” (Sennet, 2005, p.47), afinal, a automação e as novas Tecnologias da Informação e Comunicação afetam tanto os trabalhos braçais, quanto o intelectual, ao permitir que as organizações não precisem ser grandes e mais:

No meio do processo de produção, os conhecimentos “vivos”, incorporados aos trabalhadores, foram, ao mesmo tempo captados e substituídos pelos saberes formalizados que se impõem como fonte de prescrições e normas exteriores os gestores profissionais, saberes que se tornarão o apanágio de certas categorias de assalariados (Laval, 2004, p.30).

A captação dos conhecimentos também é a justificativa para a existência do desemprego crônico, como alerta Sennet (2005), “os elementos mais vulneráveis da sociedade, os que desejam trabalhar mas não dispõem de capacitações especializadas” (Sennet, 2005, p.46) serão aqueles que ficarão de fora do mercado de trabalho que está sendo moldado pelo capital imaterial. Essa necessidade constante de capacitação dos indivíduos a fim de adaptar-se ao que o mercado deseja acarreta mudanças na educação ofertada às classes trabalhadoras e à Educação Superior, colocando para a Universidade as seguintes opções: gerar conhecimento acessível a toda a sociedade, ou atender, em suas pesquisas, as demandas empresariais ou, ainda, focar na formação de profissional adaptado aos desejos do mercado. Afinal,

Na passagem da transformação da noção de trabalho como criador de valor – entendido como produção e dispêndio de energia humana – para o de inovação como valor, a universidade apresenta-se como lócus privilegiado de capital humano na busca de captura e valorização da inovação (Fontenele, 2012, p.106).

3 A captura da Educação Superior para geração do conhecimento

As últimas décadas do século passado e as primeiras do século XXI foram palco de um discurso acerca da crise da Educação Superior quase unânime. Analistas, sejam estes partícipes ou não do ambiente acadêmico são convidados a falar sobre como a Educação Superior é defasada ou desligada da sociedade, mas essa é uma “crise” que muito coaduna com o que se passa fora das instituições.

Muito do que se atribui à educação superior como sendo sua crise é, na realidade, um fenômeno muito mais amplo que, simplificando, chamaríamos de crise da sociedade da economia global. Por isso, importantes problemas da educação não serão resolvidos no

interior das instituições e dos sistemas educativos. São problemas que conformam a crise geral dos nossos tempos, constituída, entre outros aspectos, pela perda de referências de valor, explosão da informação e dos conhecimentos, rápida obsolescência dos produtos, mudanças nos perfis profissionais, obsessão consumista, individualismo, incertezas quanto ao futuro, economia como princípio regulador da sociedade etc. (Sobrinho, 2010, p. 1225).

Neste momento, com as mudanças anteriormente referidas, ocasionadas com a ascensão da tecnologia como fator de produção e a necessidade de controlar o conhecimento, o modelo de Educação Superior vem sendo questionado, logo a percepção da crise da Educação Superior passa por este questionamento.

As atuais instituições de Educação Superior estão centradas no conhecimento, seja em sua produção (pesquisa), distribuição (ensino) ou em sua difusão e divulgação junto à sociedade (extensão), o conhecido tripé universitário (Magalhães, 2006). Essa configuração foi modelada a partir do século XIX, embora as principais instituições desse nível de educação – as universidades – tenham surgido na Idade Média.

Daí, pode-se dizer que a educação superior não deve ser útil em si mesma, mas necessita fundamentar-se na aquisição filosófica do conhecimento, o qual, por sua vez, deve ser buscado como um fim em si mesmo, um conhecimento não fragmentado, ou seja, todo o conhecimento deveria ser ensinado (Magalhães, 2006). Os três elementos – pesquisa, ensino e extensão – em maior ou menor graus se fazem presentes na Educação Superior atual. Instituições centradas no conhecimento não são necessárias para o sistema, que aposta num papel instrumental, de formação profissional, para a maior parte da Educação Superior. Retirar das universidades a produção, distribuição e difusão do conhecimento é parte da expropriação do mesmo e ampliar o controle sobre o imaterial. Para o capital, a Educação Superior deve “mobilizar saberes cada vez mais numerosos, sob seu duplo aspecto de fatores de produção e mercadorias” (Laval, 2004, p.25).

Com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação, a palavra Inovação tornou-se central tanto para o mercado, quanto para a Educação Superior. Departamentos de Inovação foram criados nas empresas e universidades, as tradicionais Pró-Reitorias de Pesquisa, foram e estão sendo renomeadas com o acréscimo dessa palavra. Já não basta criatividade e inventividade, é preciso que as pessoas sejam inovadoras. Mas qual o sentido dessa inovação?

A inovação também pode ser compreendida como o ato de criar, inventar ou renovar, fazer algo existente de maneira nova, diferente da usual. Aplicada no contexto organizacional, a inovação está atrelada à concepção de utilidade – é criatividade posta em prática – e, mais propriamente, significa criatividade posta a serviço do processo de criação de valor para as organizações (Fontenele, 2012, p.101).

Ao adotar a Inovação como um de seus objetivos, a Educação Superior busca “responder de forma mais eficiente às mudanças que vão se operando no capitalismo” (Silva, 2021, p.95). Ora, se a princípio, o capital exigia redução de custos por meio das novas tecnologias, agora, para evitar a diminuição de valor, busca-se, como já vimos, acrescentar características imateriais aos produtos. Esse é o papel da Inovação na Nova Economia. E mais: como esse processo de busca de inovação é permanente, inevitavelmente, ele ultrapassa os estreitos limites e recursos que as empresas destinam à pesquisa, daí a busca por extrair o saber e sua conversão em inovação diretamente do ambiente acadêmico (Fontenele, 2012). Contudo, colocar a criatividade a serviço da criação de valor por meio da inovação, não deveria ser papel da universidade.

Abraham Flexner (1866-1959), organizador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Princeton, cujas ideias sobre universidade influenciaram o modelo de Educação Superior dos EUA na segunda metade do século XX, acreditava que, autônoma em suas pesquisas, a universidade acabaria por contribuir com a sociedade.

I am not for a moment suggesting that every thing that goes on in laboratories will ultimately turn some unexpected practical use or that na ultimate practical use is its actual justification. Much more am I pleading for the abolition of the word “use”, and for the freeing of the human spirit. To be sure, we shall thus free some harmless cranks. To be sure, we shall thus waste some precious dollars. But what is infinitely more important is that we shall be striking the shackles off the human mind⁴ [...] (Flexner, 2017, p.73).

Libertar a mente humana, abolindo a utilidade das pesquisas, podendo as mesmas apontar ou não para uma utilização futura é o conselho de Flexner para que a Educação Superior se mantenha vigorosa. Mais cauteloso, Bourdieu (2004) busca um meio termo, entendendo que “é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’ totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas” (Bourdieu, 2004, p.21). Mas, nenhum dos autores vivenciaram o advento da chamada “sociedade do conhecimento”, na qual, cada vez mais, as empresas assimilam o discurso científico, reconhecendo nele as oportunidades de lucro, enquanto que as instituições de Educação Superior assumem, como natural, orientar-se para os negócios, uma vez que, mercado e academia “estão compartilhando as mesmas inquietações relacionadas à necessidade de inovar, transformando saberes em conhecimento” (Fontenele, 2012, p.100). As pressões por atendimento das demandas de mercado são cada vez maiores tanto

⁴ “Não estou sugerindo, nem por um momento, que tudo o que acontece nos laboratórios acabará se transformando em algum uso prático inesperado ou que um uso prático final seja sua justificativa real. Muito mais do que isso, estou pleiteando a abolição da palavra ‘uso’ e a libertação do espírito humano. É claro que, dessa forma, libertaremos alguns excêntricos inofensivos. Sem dúvida, desperdiçaremos alguns dólares preciosos. Mas o que é infinitamente mais importante é que estaremos tirando os grilhões da mente humana” (traduzido pelos autores).

externamente, quanto no interior da comunidade acadêmica.

Com o avanço do neoliberalismo, acelera-se a “conversão das universidades em organizações subsidiárias ao padrão de acumulação” (Leher, 2018, p.190). Afinal,

O desenvolvimento da ciência para um dos polos da sociedade e essa capitalização dos saberes técnicos para o interior da esfera da produção, conjugaram seus efeitos para fazer da “ciência” um estoque de conhecimentos diretamente úteis na produção, integrados nas ferramentas, nos códigos e nos programas (Laval, 2004, p.30).

Esse “estoque de conhecimentos” é que sofre a pressão para que cada vez mais seja submetido às regras de valorização do capital transformando as universidades em verdadeiras indústrias de um tipo específico de saber: o saber eficaz, aquele capaz de despertar o interesse do mercado e trazer investimento privado para as universidades (Laval, 2004). As pressões impõem “ao mundo acadêmico uma forma de conhecimento à sua imagem e semelhança, ou seja, uma forma de produção de conhecimento rápida, capaz de atender à sua demanda por uma natureza prática do saber” (Fontenele, 2012, p.101). A Educação Superior reduzir-se-ia a uma formação padronizada adaptada ao mercado, atendendo a critérios de produtividade que descaracterizam as atividades universitárias.

Evita-se produzir reflexões que exijam a leitura aprofundada de clássicos e um denso debate epistemológico, e que poderiam apontar para novas interpretações ou mesmo para construções teóricas inovadoras. O caminho mais comum é partir de algum referencial pronto, normalmente algum autor ou um campo da moda em outros países, e aplicar na pesquisa. Uma parcela mais cuidadosa ainda procura adaptar o referencial teórico para seu objeto de pesquisa, dando uma relativa coerência à metodologia, mas muitos apenas se alongam em citações que muitas vezes sequer acrescentam algo aos textos. Torna-se, assim, praticamente impossível a construção de um referencial teórico que apresenta inovações e novos olhares para os objetos de pesquisa (Silva, 2021, p.96).

E aqui, o papel das gestões universitárias na transformação das universidades em indústrias do saber não pode ser esquecido, uma vez que, alinhar a gestão pública aos princípios de gestão das organizações privadas é predominante em todas as esferas de governo, fazendo com que mesmo as universidades públicas são cada vez mais geridas como empresas, dessa forma, cada membro da comunidade acadêmica – docentes, técnicos, estudantes – estejam envolvidos em pesquisa ou não, estão sujeitos a um rígido controle do seu trabalho.

Aqui, a questão do controle também se coloca duplamente, como ocorre no contexto das organizações empresariais: de um lado, com base na implantação de meios de auditoria e avaliação acadêmicos, tais como relatórios, escores, ranking, benchmarkings; de outro, no sentido mais amplo da capitalização do conhecimento acadêmico-científico para fins comerciais (Fontenele, 2012, p.104).

Para Dalbosco (2023), ao recorrer a esses controles, a gestão universitária acaba por substituir o ensino e a pesquisa pelo saber gerenciado, aquele que “segue à risca o próprio modelo

de gestão empresarial baseado nos princípios da concorrência, eficiência e lucratividade (Dalbosco, 2023, p.7). Com isso, o sistema capitalista acaba por estimular um novo tipo de instituição de Educação Superior: a universidade corporativa.

No final do século XX, num contexto econômico e político que ganhou o nome de neoliberalismo, vimos emergir o que pode vir a ser um paradigma acadêmico novo, trata-se da universidade corporativa. Principalmente dedicada aos negócios, administração, engenharia, tecnologia e sistemas de informação, este modelo tem duas variantes: por um lado, resulta do crescimento de centros de ensino superior dentro de uma dada empresa e, por outro lado, implica o desenvolvimento de uma instituição acadêmica como uma corporação. Em ambos os casos, a instituição universitária é organizada e posta a funcionar como um empreendimento comercial (Almeida Filho, 2004, p.171).

Programas de Pós-graduação voltados para negócios, o estímulo a treinamentos e formações fora do horário de trabalho, entre outras formas de aprendizagem organizacional são ferramentas comuns nas empresas, que contam ainda com uma rede paralela e envolvente que trabalha o discurso de empreendedorismo e capital humano, por meio de *coachs* e *digital influencers* financeiros e de educação.

No Brasil, além disso, as Faculdades e Centros Universitários privados adaptam-se bem a esse modelo de universidade corporativa. Afinal, boa parte delas funciona apenas como centros de formação profissional, que vendem um serviço (formação de nível superior) a clientes que conseguem pagar, sendo que boa parte desses recursos advêm de subsídios públicos. Mas é preciso ter em mente que

É um setor internamente muito diferenciado. Alguns produtores de serviços são muito antigos, enquanto outros, a maioria, surgiram nas últimas duas décadas. Alguns têm objetivos cooperativos ou solidários, não lucrativos, enquanto a esmagadora maioria busca fins lucrativos. Algumas são verdadeiras universidades, a maioria não o é, e, nos casos piores, são meras fabriquetas de diplomas-lixo (Santos, 2008, p.71).

Enquanto isso, no setor público, há os mais variados tipos de ataques, que vão desde a degradação de salários dos servidores, às tentativas, legitimadas por órgãos internacionais, como o Banco Mundial⁵, de realizar a cobrança de mensalidades, à retirada pura e simples do financiamento público das universidades e a adoção de um modelo de financiamento pelo mercado, entre outros, para além da adoção da Nova Gestão Pública, expressão utilizada para nomear a utilização das ferramentas de gestão privada nas universidades e nas instituições públicas em geral.

Nas universidades públicas, apenas a ampliação da democracia interna pode desacelerar a adoção do modelo de negócios na universidade. As normativas oriundas do parlamento e mesmo

⁵ Conforme pode ser lido no relatório do Banco Mundial, Um ajuste justo (<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>)

do Ministério da Educação são orientadas, cada vez mais a diminuir os espaços de discussão e retiram dos conselhos universitários e câmaras acadêmicas seu poder de decisão, apesar da autonomia universitária ser um princípio constitucional. São os ataques à democracia universitária, que no governo Bolsonaro (2019-2022), culminaram na nomeação de reitores que tinham sido derrotados nas consultas às comunidades de suas universidades, como amplamente noticiado pela imprensa⁶. Os referidos ataques ocorrem porque

[...] a funcionalização da universidade ao serviço do capital exige a proletarização dos docentes e pesquisadores, a qual não pode ocorrer enquanto os mecanismos de democracia interna estiverem activos, pois são eles que sustentam a liberdade acadêmica que barra a passagem à proletarização. Esta só é atingível a partir de um modelo de gestão e de organização empresarial, com profissionalização de funções e uma estrita separação entre administração, por um lado, e docência e pesquisa pelo outro (Santos, 2008, p.68).

Na verdade, a proletarização envolve não apenas docentes, mas também técnicos e discentes, quer estejam atuando nas atividades fins ou em quaisquer outras, porque a lógica da chamada “Sociedade do Conhecimento” é alçada a patamares de estratégia institucional por meio da administração, estamos, portanto, assistindo a ciência e a tecnologia serem usadas, pela força social dominante, “como um álibi conveniente e seguro para sua própria capitulação ante os poderes da alienação e da destruição” (Mészáros, 2005, p.266), daí o discurso de que os cortes de pessoal, o aumento da exploração dos trabalhadores remanescentes são parte dos novos tempos aos quais todos devem se adaptar.

Os ajustes necessários, tais como, as reengenharias corporativas, *downsizings*⁷, os redesenhos institucionais, as modificações operacionais, enfim, a adoção das ferramentas de gestão das organizações com fins lucrativos pelas universidades e outras instituições públicas foi realizada pelas burocracias, que terminam por acumular o poder decisório afirmando a superioridade e a neutralidade da técnica.

Como sabemos, a partir dos anos de 1980, o modelo gerencial, de cariz tecnocrático e sanha inovadora, invadiu a universidade, transformando gradativamente o espaço da pluralidade e dos saberes em uma grande arena concorrencial, forjada pela mesmice empreendedora, onde se naturaliza a luta de todos contra todos. Quanto menor o investimento em pesquisa e formação de pessoal, mais se amesquinha a disputa por verbas, títulos e cargos comissionados, que começa nas unidades, invade os departamentos e contamina a relação profissional entre professores, pesquisadores e alunos. (Chauvin, 2022, p.143)

⁶ <https://observatoriodoconhecimento.org.br/no-ultimo-governo-20-instituicoes-federais-sofreram-intervencao-na-escolha-do-reitor/>

⁷ Expressão da língua inglesa, utilizada na administração para se referir um conjunto de práticas administrativas cuja intenção é diminuir gastos, enxugar processos, eliminando tudo o que é desnecessário, a fim de aumentar a produtividade, a eficiência e a lucratividade de um negócio de forma geral.

Aqui, como afirma Fontenele (2012), entra o papel do discurso, que enfatiza a inovação, enquanto adaptação da universidade ao mundo corporativo, que retira o protagonismo daqueles que não operam de acordo com este discurso. Pode-se afirmar que “respaldado pela iniciativa pessoal (‘não fracasse’) e pela livre concorrência (‘a competição é compulsória’); empurrado pelo mata/mata das relações ditas ‘modernizadas’, o discurso neoliberal mais interessa a quem tem e retém” (Chauvin, 2022, p.150). O estímulo à concorrência retira os valores coletivos e cooperativos que deveriam nortear a produção do conhecimento e as atividades acadêmicas em geral. Normaliza-se essa situação recorrendo a termos deslocados de seu sentido, tais como meritocracia e liberdade, que passam a apontar apenas a necessidade do predomínio sobre os demais membros da comunidade acadêmica. Dessa forma, a utilização dos discursos sobre inovação acoberta o direcionamento do “investimento público para o aumento de competitividade em detrimento do desenvolvimento social” (Juliani, 2014, p. 2).

4 A mercantilização da educação superior

Além de todas essas mudanças, oriundas da ascensão do Nova Economia Digital, no Brasil, ocorreu uma expansão da Educação Superior, que resultou no acesso de milhares de jovens das classes trabalhadoras a esse nível de ensino, sendo que muitos dos novos alunos de graduação cursaram seus cursos em instituições privadas, onde receberam simples formação profissional, alguns de qualidade discutível, com pouco ou nenhum acesso a atividades de pesquisa, extensão ou cultura.

Mesmo que este acesso aos trabalhadores mais proletarizados represente uma conquista, pois é sempre interessante uma melhora nas condições materiais de existência dos trabalhadores, esta não se constituiu em avanços que possibilitassem a transformação radical da sociabilidade capitalista. Na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, reformas, ampliações de direitos e outras garantias não podem ser pensadas de forma isoladas, mas compreendidas como uma unidade dialética cujo objetivo deve ser a ruptura da sociedade regida pela lógica do capital (Maciel, 2021, p.156).

Dentro da lógica do capitalismo, do mesmo modo que nova a Divisão internacional do Trabalho, que segundo Gorz (2005), divide os países entre aqueles cuja economia é movida pelo capital material e os países centrais onde o capitalismo é baseado no imaterial, também em relação à Educação Superior, apenas os países centrais devem possuir Universidades geradoras de conhecimento, enquanto os países subordinados devem dotar-se de apenas centros de formação profissional que habilitam os trabalhadores a lidar com o conhecimento produzido pelas universidades dos países centrais. Assim, os países periféricos devem abrir mão de investir na

constituição de universidades.

O modelo de Educação Superior, nas periferias do capital, deve ser privado, possibilitando a abertura de uma nova fronteira para exploração comercial, adaptada às conveniências do consumidor, seja ele o aluno, aqui visto como investidor em seu capital humano, ou as empresas, que esperam pelo produto: o profissional apto a realizar suas atividades sem criticidade. Observa-se que nesta relação, em determinados momentos, o discente é o investidor de si mesmo, buscando melhorar sua empregabilidade; e, em outros momentos, é visto e tratado como produto, um insumo para o mercado, preparado pela faculdade, dessa maneira, ao atuar como investidor, ele é cliente exigindo as aulas e o término do curso em um prazo que ele considera aceitável, no entanto, ao ser encarado como produto, ele não tem nenhuma ingerência sobre seu currículo ou sobre o que importa para sua formação.

A própria ciência se vê ameaçada pelo capital. Porque o sistema precisa forçar a escassez do conhecimento, separando as regiões do mundo onde ele deve ser criado, daquelas que ele deve ser apenas consumido. Isto porque

O grande dilema da ciência moderna é que seu desenvolvimento esteve sempre ligado ao dinamismo contraditório do próprio capital. Além disso, a impossibilidade de separar a ciência e a tecnologia modernas deste perverso dinamismo está destinada a permanecer conosco enquanto não for realizada uma tentativa consciente e socialmente viável para produzir e manter a necessária superação (Mészáros, 2005, p.266).

Isso pede que a lógica do sistema que exige que a simples formação profissional de trabalhadores, ofertada pelo modelo privado de Educação Superior, seja superada em prol de um projeto mais amplo que deveria ser uma das funções a serem exercidas pelas universidades públicas. Não se pode esquecer que ao falar de universidade, está se falando de “projetos culturais de largo espectro e longa duração” (Salles, 2020, p.21). Contudo, para o atual estágio de desenvolvimento do capital, um projeto de longa duração já não é interessante, muito menos um projeto cultural ampliado, ofertado para toda a sociedade. Para o sistema capitalista e sua lógica

[...] toda preocupação com os valores sociais se torna uma mera “reflexão tardia”, confinada à “consciência individual” de cientistas isolados, ou, na melhor das hipóteses, à consciência agregada de um grupo limitado deles, que se empenha em levantar a questão da “responsabilidade social da ciência” (o que só pode ser feito fora do âmbito das suas práticas produtivas), sendo condenada à impotência pela estrutura inerentemente alienada de tomada efetiva de decisões sob domínio do capital (Mészáros, 2005, p.271).

A responsabilidade corresponde apenas a uma parte dos valores sociais, apenas a atitude individual de um cientista ou de um grupo de cientistas é insuficiente para reorientar a universidade diante da forma como o capital a estrutura e a própria ciência, o que implica que os aspectos morais,

culturais e intelectuais da sociedade não podem ser deixados de fora dos objetivos da ciência, que sempre será incompleta, enquanto permanecer apenas incrementando o valor de troca dos objetos, esquecendo-se das reais necessidades humanas.

As premissas individualistas devem ser substituídas por práticas de atuação coletivas, que busquem inverter os binômios Estado/sociedade e capital/trabalho para sociedade/Estado e trabalho/capital (Tenório, 2005), sinalizando que a sociedade e o trabalho precisam ser os protagonistas da relação entre universidade, ciência e tecnologia.

5 Considerações Finais

O desenvolvimento científico é cada vez mais identificado com o capitalismo, uma vez que os avanços tecnológicos são considerados avanços do sistema capitalista, negando que um modelo de pesquisa e desenvolvimento da ciência que puder ser realizado livre das determinações do capitalismo possa ser possível, culminando neste período de ascensão do neoliberalismo e seu culto extremado ao indivíduo, na identificação entre ciência e capitalismo acentuou-se ainda mais.

A identificação entre capitalismo e progresso científico é aplicado diretamente à Educação Superior, que, cada vez mais, é vista como tendo que se atrelar ao mercado e não só por questões de financiamento, mas porque é cada vez maior o entendimento de que as pesquisas são válidas apenas quando atendem aos preceitos do mundo dos negócios, fazendo com estas devam ser financiadas pelas empresas, que capturariam as descobertas científicas desde o nascedouro, estimulando apenas as pesquisas vistas como potencialmente lucrativas, e, levando ao estabelecimento de uma lógica concorrencial que separaria as instituições entre as que conseguiriam angariar recursos e as que não teriam o mesmo sucesso. Dentro desse sistema, a diferenciação iria reservar para algumas instituições a simples formação profissional e a outras a pesquisa, num ambiente com pouco ou nenhum espaço para a extensão.

A expansão da Educação Superior já apresenta algumas das características desse modelo, ao ser, em sua maior parte, realizada por instituições privadas dedicadas à formação profissional, deixando a maior parte das pesquisas sendo realizadas nas universidades públicas. Entretanto, a lógica capitalista deseja efetuar a completa transformação dessas universidades, uma vez que o capital imaterial, oriundo da produção do conhecimento deve concentrar-se nos países centrais do capitalismo.

Libertar a ciência e a tecnologia dos ditames do capital é fundamental para barrar a apropriação do conhecimento. Essa é uma tarefa que exige refletir sobre o papel da universidade

em nossa sociedade, buscando meios de fazer com que esta possa contribuir para o desenvolvimento integral da sociedade e não da continuidade da exploração capitalista.

Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade nova no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa;

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**: v. 1. [S. l.]: Banco Mundial, 2017. Síntese.

BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. In: **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Org.: CASTELLS, Manuel. Trad. AGUIAR, Renato. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad.: CATANI, Denice Barbara. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAUVIN, J. P. A Retórica Neoliberal. **FronteiraZ. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária**, [S. l.], n. 28, p. 138–152, 2022. DOI: 10.23925/1983-4373.2022i28p138-152. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/57320>. Acesso em: 4/09/2023.

DALBOSCO, Claudio. A universidade na disputa entre saber gerenciado e conhecimento formativo: o caso da reforma universitária alemã. **Educação Unisinos**. V. 27, 2003. Disponível em <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/25544>. Acessado em 09/08/2023.

DOMINGUES, Ivan. **O trabalho e a técnica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.

FLEXNER, Abraham. **The usefulness of useless knowledge**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

FONTENELLE, Isleide Arruda. Para uma crítica ao discurso da inovação: saber e controle no capitalismo do conhecimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 1, p. 100–109, jan. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/30631>. Acesso em: 4/09/2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2021.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Trad. AZZAN JR, Celso. São Paulo: Annablume, 2005.

JULIANI, Douglas. Inovação social: uma revisão sistemática de literatura. In: **Anais X Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em https://cneg.org/anais/artigo.php?e=CNEG2014&c=T14_0269. Acesso em 11/09/2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: Um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.

MACIEL, Paulo Henrique Freitas. **Contradições da Expansão do Ensino Superior brasileiro por meio do reuni, Fies e Prouni**. Tese (Doutorado). 176f. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.

MAGALHÃES, António M. A identidade do ensino superior: a educação superior e a universidade. **Revista Lusófona de Educação**. V. 7, N.7, p. 13-40, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/713>. Acesso em 14/08/2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Livro I – O processo de produção do Capital. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. Trad. CASTANHEIRA, Paulo Sérgio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Maxwell F. de. **Metodologia científica: um manual para realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

PEREIRA, Dirlei Azambuja; OLIVEIRA, Avelino Rosa. A metodologia filosófica na pesquisa em educação: desafios e possibilidades. In: **Interfaces: temas de Educação e Filosofia**. Org: AZEVEDO, Heloísa Helena Duval; OLIVEIRA, Neiva Afonso; GHIGGI, Gumercindo; OLIVEIRA, Avelino Rosa (Coord.). Pelotas, Editora UFPEL, 2009.

SALLES, João Carlos. **Universidade pública e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Trad. MARQUES, Clóvis. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Michel Goulart. Universidade, Capitalismo e produção do conhecimento. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 15, p. 94–97, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4587692. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/260>. Acesso em: 5/09/2023.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223–1245, out. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHCtq/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 14/08/2023.

TENÓRIO, F. G. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 101–124, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2005.5.101-124. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/108>. Acesso em: 11/09/2023.